

Audiência Pública do Conselho LGBT

Data: 7 de julho de 2018

Local: Centro de Cidadania LGBTI Laura Vermont Av Nordestina, 496 – São Miguel Paulista, São Paulo - SP

Horário: 11h00min às 13h30min

Presentes na Audiência:

NOME
Elvis Justino de Souza
Gil Santos – Givanildo de Jesus Santos
Andre Beneis
Thiago Augusto Ramos dos Reis
Vanessa Izidorio S. Zanette
Regilson Feliciano
Nicolle Mahier
Luan W. da Silva
Raphaela P. A. Fini
Aparecido Terto da Silva
Fuh Miguel
Felipe Pinheiros Oliveira
Victor Amadeus
Luis Fernando P. Ramos
Lorenzo Di Padilla
Ricardo Olímpio
Rafael Calumby Rodrigues

A Audiência Pública do dia 07 de Julho foi realizada no Centro de Cidadania LGBTI Laura Vermont na zona leste a pedido da sociedade civil em reuniões anteriores com o intuito de descentralizar e democratizar ainda mais os encontros, fazendo com que os movimentos das periferias também tenham acesso às discussões.

A assessora da Coordenação de Políticas para LGBT, Bruna Svetlic, inicia a audiência comentando sobre as decisões das últimas reuniões para situar as pessoas e solicita para que cada um dos presentes se apresente.

Bruna comenta a saída do coordenador Ivan Batista sendo essa uma justificativa da não marcação das reuniões da comissão eleitoral.

É iniciada a leitura da proposta de decreto, conforme decidido nas ultimas reuniões e reafirmado neste encontro, a questão intersexo que permanece fora do texto por

unanimidade, até que os representantes desse segmento social estejam presentes nos encontros e possam reivindicar seu espaço.

As alterações na proposta de texto para decreto, foram objeto debate plural e votação democrático entres as pessoas presentes.

Nos artigos 1º e 2º, foram substituídas as siglas LGBTI por LGBT quando se trata do nome dos objetivos do conselho - não havendo assim a mudança do nome do conselho para Conselho Municipal de Políticas LGBTI.

O Artigo 3º permanece com o texto apresentado, apenas com as substituições no inciso I e II de LGBTI para LGBT e foi retirada a palavra intersexuais do inciso II.

No Artigo 4º bem como em seus parágrafos foi substituída a sigla LGBTI para LGBT

Exclusão do inciso II (9 pessoas votaram, 1 abstenção)

Dando continuidade a leitura da proposta de decreto, no Artigo 5º também é substituída a sigla LGBTI por LGBT surgem algumas sugestões dos presentes:

Sobre o inciso I:

Gil pede que fique registrado em ata para que tenhamos uma cadeira no conselho da Secretaria de Habitação. A sugestão foi votada e venceu com 14 votos à favor.

Bruna Svetlic abre para votação da exclusão da cadeira da Secretaria de Governo 9 a favor e 1 voto contra.

Nicole levanta a questão sobre a importância da presença da secretaria de governo estar presente, devido a questão de termos alguns problemas da GCM.

Andre discorda da Nicolle, dizendo que o governo não é uma coisa distinta, mesmo não tendo a cadeira da Secretaria de Governo, nada impede de o conselho ir até onde os problemas estão acontecendo na prefeitura e reivindicar melhorias.

Marcos Freitas fala que de fato o conselho muitas vezes desconhece o poder que tem, no caso de problemas com alguma secretaria ou departamento como a GCM o Conselho pode até mesmo propor uma audiência pública com a secretaria ou área responsável pela pauta, mandar ofícios cobrando ações ou melhorias. Marcos também

fala que não é porque uma pasta não está representada dentro do conselho que não iremos atuar naquela pauta.

Gil, disse que se for para abrir espaço para a sociedade civil, iremos escolher a sociedade civil, não governo.

Nicolle, disse que concorda com o Marcos Freitas, concorda com o Gil, discorda do Andre. Nicolle fala sobre a necessidade de incluir as mulheres no conselho, sobretudo, da mulher bissexual, devido os espaços serem muito masculinos. A proposta é que de fato consiga entender que a GCM esteja nesse espaço, mesmo que o conselho tenha o poder de chamar audiência pública e colocá-los contra a parede. Para finalizar, Nicolle fala que, se fosse tão simples não teríamos tantos casos de violência contra a comunidade.

Rafaela fala sobre a necessidade de um diálogo mais inclusivo dentro do conselho, sobretudo nas audiências públicas, relata que muitas coisas ela não pode compreender, devido aos termos utilizados de forma muito técnica pelos presentes sobre ações e atividades relativas ao conselho. Rafaela diz que é a primeira vez que está no espaço, pede que as explicações sejam mais claras.

Elvis Justino, fala sobre a necessidade de incluir duas cadeiras para as pessoas bissexuais.

Nicolle, fala novamente sobre a necessidade de ter a GCM dentro do conselho de alguma forma. Devido suas vivências como travesti, já teve situações de violência e sabe muito bem o quanto essa falta de diálogo faz parte. Propõe também as cadeiras de ONGs e sociedade civil. Comenta sobre a falta de presença no mandato anterior.

Andre propõe sobre o número de cadeiras para ser mais dinâmico, manter a secretaria de governo e aumentar sociedade civil.

Elvis, quando a Nicole fala sobre sociedade civil, que tenham ONGs que não tenham CPNJ, que muitas instituições sem CNPJ fazem um excelente trabalho pela cidade e pelo movimento, como as famílias LGBTs.

Gil propõe uma cadeira para sindicato. Gil fala sobre o horário de reuniões, que sejam mais acessíveis por conta de trabalho.

Nicole fala que como já havíamos votado ainda hoje sobre a exclusão da secretaria de governo, não seria interessante voltarmos atrás. Sendo mantida a secretaria de governo. Nicolle informa que seria interessante colocarmos a sociedade civil e GCM.

É aberta a votação para incluir a cadeira da GCM. A sugestão foi acatada com 15 votos a favor.

Sobre o Inciso II

Nicolle fala sobre a justificativa de termos um critério para provar o trabalho de diversidade de coletivos da sociedade civil.

Gil, informa que isso é prerrogativa da audiência pública, mas sim da comissão eleitoral.

Bruna abre para votação para que esteja no texto que o coletivo da sociedade civil tenha que comprovar pelo menos 1 ano de atuação. 17 votos a favor

Felipe, fala sobre o problema de não ter como comprovar pelo endereço a atuação, muitos coletivos são nacionais e não tendo muitas vezes filiais regionais.

Nicolle complementa, dizendo que mesmo sendo instituições nacionais, não impedem de ter atuação no município, devido serem nacionais. Fala que a comprovação de endereço é necessária e entendemos que existam afiliadas, mas essas instituições por si só, podem concorrer dentro deste processo eleitoral, sem a aprovação da nacional. A regionalidade é necessária. Afirma que entende o que o companheiro Felipe fala, pois, muitas vezes já aconteceram de pessoas que vem de outras cidades propor coisas aqui no município de São Paulo sem conhecimento das necessidades da cidade.

Foi aberto para votação a inclusão de mulheres bissexuais. Obteve 21 votos a favor, ficando então uma cadeira para mulher bissexual e uma cadeira para homem bissexual.

Foi novamente levantado o questionamento sobre a não inclusão das pessoas intersexo no conselho, sendo essa mais uma questão de violência e invisibilidade.

Bruna Svetlic afirma que essa questão já foi superada nas demais audiências e a pedido dos presentes.

Nicolle fala sobre a questão do intersexo, fazendo um panorama sobre os próprios homens trans no movimento que vieram aos poucos. Afirma que não temos uma invisibilidade sobre essa questão, isso pode ser alterado no decorrer do conselho e essas pessoas precisam estar nestes espaços para levantar essas demandas.

Ricardo Olimpio pede para abrir votação sobre a questão da troca de mulher bissexual para gênero feminino bissexual.

Nicolle propõe o texto para mulher bissexual, simplificando o texto. Os presentes votaram e decidiram e com 22 votos fica no texto: mulher bissexual e homem bissexual.

É levantada a questão da necessidade de incluir entidades sem personalidade jurídica, na qual for aberta votação e foi decidido por 21 votos a favor.

Surgem dúvidas de como funcionam os coletivos e famílias. Nicole fala que para as pessoas que estão nesta situação quanto a comprovação de atuação, quem decide isso é a comissão eleitoral. O coletivo pode utilizar documentos, fotos, reportagens. Quem vai determinar que aquela pessoa que está se candidatando para uma vaga em nome de determinado coletivo, faz parte de fato daquele coletivo, é o próprio coletivo que pode produzir um documento, falando que aquele candidato representa a família, por exemplo.

Fu Miguel, confirma o que a Nicole falou, que embora não exista de fato um CPNJ, existem registros das pessoas que compõe o coletivo.

Gil fala que todo movimento, ONG ou coletivo, tem estatuto. E a comissão eleitoral que vai decidir detalhes desta comprovação.

Nicole fala sobre o inciso terceiro que se é interessante ou não, mas esquecemos a questão racial, pessoa com deficiência e idoso deveria ser levado em conta na hora de empate.

Bruna abre para votação sobre a não participação de funcionários que estejam em OSC em parceria com poder público 28 votaram a favor.

Artigo 6

Sobre o inciso I

Nicole propõe que o texto tenha além de membro, a palavra representante.

Do 6 retira o sem personalidade jurídica e fica com personalidade jurídica.

Marcos Freitas propôs a repetição dos primeiros parágrafos e segundo após o h,

Nicole traz a questão do quorum mínimo e da necessidade de que as organizações sociais não façam parte do quorum para não atrapalhar. Portanto em sua sugestão o texto deve trazer essa recomendação.

Marcelo levanta a questão sobre a necessidade de os coletivos indiquem pessoas que moram em São Paulo.

Bruna Svetlic abre para votação sobre o adendo do quorum mínimo 22 pessoas votaram para acatar.

Fica prevista a próxima data de reunião de Centro de Cidadania LGBTI da zona norte.